Edilson Vitor

Raíssa Duarte

RESUMO Sabe-se que a negligência é uma das principais forma de maus tratos contra crianças. Negligência refere-se a falta de cuidado e desatenção por parte de cuidadores e responsáveis pelo incapaz. O presente trabalho busca entender quais as consequências da negligência no desenvolvimento de uma criança (ou infantil), a metodologia usada será uma revisão bibliográfica, tentando entender a definição, as responsabilidades e/ou deveres não só dos pais, mas também do estado e quais os impactos da negligência no desenvolvimento físico e psicológico. Através das plataformas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), buscou-se por artigos que atendessem nosso objetivo. Os resultados indicam os domicílios como os principais cenários de ocorrência da negligência sendo os pais os maiores negligenciadores. Podemos concluir que a responsabilidade é não só dos pais, mas também da sociedade e do Estado.

Palavras-chaves: Negligência. Desenvolvimento da criança. Maus-tratos

1. INTRODUÇÃO

Dentre os maus tratos contra crianças, a negligência é a forma mais cíclica deste acontecimento. De acordo com o dicionário de língua portuguesa negligência tem entre os seus significados falta de atenção; descuido e desatenção. WHO e ISPCAN (2006) definem a negligência tanto como casos isolados quanto um modelo de cuidado estável no tempo por parte dos pais e/ou outros membros da família, pelos quais esses deixam de prover o desenvolvimento e o bem-estar da criança/adolescente.

No cenário brasileiro maus tratos contra crianças e adolescentes é um tema existente na Constituição Federal de 1988, onde ela traz a seguinte determinação: “Artigo 5º: nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), onde o artigo 13 nos traz a seguinte afirmativa:” os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, 2014).

¹ Trabalho de Curso apresentado ao Centro Universitário UNA - unidade Catalão, como requisito parcial para a integralização do curso de Psicologia, sob orientação da professora Ms Camila Carneiro Silva Queija.

A relevância de falarmos sobre as consequências da negligência no desenvolvimento infantil se dá devido ao fato de ser a forma mais comum de violência contra crianças e adolescentes. Ao entendermos os efeitos da negligência poderemos compreender o real impacto na vida dessas crianças. Com este trabalho busca-se compreender e evidenciar as consequências da negligência para que se possa ter mais conteúdos relacionados ao assunto e um maior e melhor enfrentamento e informação para a sociedade já que em algumas configurações familiares a negligência não é vista como violência, mas sim como uma prática de educação dos filhos.

A seguinte revisão bibliográfica busca informações para responder os problemas propostos que são: Quais são os prejuízos para os aspectos biopsicossociais das crianças negligenciadas? Desta forma, o presente artigo tem como objetivo geral: analisar as consequências da negligência no desenvolvimento infantil, e como objetivos específicos: conhecer a definição do conceito; responsabilidades e deveres dos pais e do Estado; e os impactos da negligência nos desenvolvimentos físicos e psicológicos. E ainda, propor o incentivo a busca por políticas públicas que vão auxiliar tanto a família, a sociedade e a comunidade jurídica na identificação e combate à negligência infantil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Tipos de Negligência

A negligência é a forma mais recorrente de violência contra as crianças, ocorrendo quando não se considera os direitos básicos de crianças e adolescentes. Para caracterização da negligência, MATA, (2016), lista três posicionamentos: o primeiro seria o termo usado de acordo com o local de ocorrência, por exemplo quando a ação acontece no ambiente doméstico é determinada como “negligência doméstica”; outro posicionamento seria a tipologia de quem é responsabilizado pela prática ou pela omissão, como a “negligência parental” usada para definir a falta de cuidados parentais. Também existe a caracterização de acordo com o cuidado ausente ou limitado, assim como na “negligência emocional”.

Podemos encontrar tipos de negligência que coexiste em simultâneo com outros tipos de negligência, seja de acordo com o tipo de cuidado, onde e quem praticou a negligência. A negligência física, emocional, educacional e outras podem estar contidas dentro da negligência intrafamiliar (MATA, 2016).

A seguir listaremos os tipos de negligências encontrados nas literaturas pesquisadas:

- Negligência Emocional: constituída pela ausência de apoio psicológico e afeto por partes dos cuidadores. A área jurídica utiliza-se muito da categoria de abandono afetivo que é constantemente ligada a negligência afetiva ou emocional. (BRASIL, 2010)
- Negligência Física: Esse tipo de negligência pode ser mais facilmente reconhecido, uma vez que ela se baseia na omissão de cuidados básicos na saúde, como ausência de atenção médica e higiene, alimentação imprópria e vestimentas inapropriadas ao clima. (MATA, 2016)
- Negligência Educacional: Acontece quando os cuidadores deixam a desejar os cuidados voltados para a educação das crianças. Cuidados esses que seriam a frequência escolar, evasão escolar e a falta de atenção dos responsáveis no desempenho escolar das crianças. (MATA, 2016)
- Negligência Doméstica: Conhecida também como negligência intrafamiliar, se refere aquela que ocorre na atmosfera doméstica, sendo realizado por familiares ou pessoas com responsabilidades parentais independente dos laços sanguíneos. (MATA, 2016).
- Negligência Contextual: Citada também Negligência Estrutural, que é aquela onde as condições estruturais, econômicas e sociais fogem do controle das famílias, colocando em risco o desenvolvimento das crianças. ((MATA, 2016)
- Negligência médica: Fortemente relacionada com a negligência física, diz respeito a ausência e ao serviço inadequado dos cuidados médicos na infância. AZEVEDO e GUERRA (1988), dizem que esse fenômeno ocorre quando “as necessidades de saúde de uma criança não estão sendo preenchidas”.
- Negligência Odontológica: Incluída nos cuidados com a saúde, baseia-se na omissão ou desinteresse dos responsáveis na busca de tratamentos odontológicos para as crianças. (MATA, 2016)
- Negligência Parental: Negligência familiar ou negligência dos pais também são formas de a nomear, caracteriza-se a falta dos cuidados por parte dos responsáveis, sejam os pais ou os parentes no que se refere ao desenvolvimento da criança. É tida como o tipo mais recorrente de negligência, pois associa-se a quantidade de obrigações que os pais e a família têm em relação aos seus filhos. (MATA, 2016)
- Negligência Institucional: Quando as famílias não recebem o suporte necessário do Estado para suprir as necessidades das crianças o Estado responde por Negligência

Estatal, sendo a Institucional a dificuldade ou ausência de acesso aos serviços institucionais que auxiliam no desenvolvimento físico, emocional e social. (MATA, 2016)

Importante lembrar que negligência e pobreza podem ser confundidas levando muitas vezes a interpretações errôneas a respeito da negligência. Muitas vezes a negligência é usada de forma equivocada para descrever quadros extremos de pobreza, não havendo negligência por parte dos pais, mas da sociedade e das condições adversas vividas (MARTINS, 2006).

2.2.Descrição dos negligenciadores

A negligência infantil ocorre independentemente das condições financeiras e sociais das famílias. Como afirma NASCIMENTO (2012) o papel do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) passa a ser muito importante para a proteção das crianças. A questão que é posta para discussão é, sobre quem recai a responsabilidade em prover tal proteção? A negligência em grande parte é atribuída à família. Na grande parte das situações a criança é vista como vítima de seus responsáveis. Ele ainda afirma que segundo alguns autores, a responsabilização recai em excesso sobre a família perante este assunto, que muitas vezes é rotulada como “família negligente”.

Segundo MARTINS (2006) muitas vezes a negligência é usada de forma equivocada para descrever quadros extremos de pobreza, não havendo negligência por parte dos pais, mas da sociedade e das condições adversas vividas.

MATA (2016) diz que é importante uma discussão em torno desse eixo da família “negligente”, pressupõem-se que ora a família é negligente, ora é negligenciada. De forma que, sabe-se e preocupa-se o fato de que existam graves situações de negligências da família, que podem colocar em risco a vida das crianças. Bem como, existem casos em que certos comportamentos classificados como - negligência parental ou familiar – podem ser atrelados a uma prática cultural, a situações provocadas por impossibilidade financeira ou social, entre outras. Além das diferenciações ligadas ao contexto social e econômico, o conceito de negligência perpassa por questões atreladas ao contexto cultural.

FOUCAULT (1996, p.22, apud MATA, 2016) afirma que “conhecemos certos discursos de nossa sociedade pelo sistema de cultura”. O documentário francês “Babies” (2010) é um exemplo de interferência da cultura no cuidado, mostra o nascimento até os primeiros passos de quatro crianças, oriundas de distintos países, a saber: Estados Unidos, Japão, Mongólia e

Namíbia. No documentário são notórias as distintas perspectivas de cuidado na infância em cada cultura. Assim uma situação nomeada de negligência em nosso contexto cultural pode não ser em outro, bem como uma situação que antes não era considerada como tal no mesmo contexto pode se transformar. Dito isto, mostra-se importante a relativização e a atenção na utilização desse conceito.

Segundo o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) do Ministério da Saúde, a negligência configura 32% da violência sofrida por crianças durante 30 dias de algumas cidades que foram selecionadas para o estudo no Brasil, sendo as crianças do sexo feminino, menores de um ano e de cor negra as mais negligenciadas. A residência foi o local onde ocorre a maior ocorrência desse ato, tendo os familiares como agressores. MOURA destaca a mãe e o pai como os principais agressores no caso da violência em discussão, acompanhado pelo padrasto, madrasta e outros familiares.

2.3.A Psicologia e as Consequências da Negligência

A privação materna é um estressor importante que afeta diretamente o desenvolvimento da criança, e indivíduos vítimas de negligência ou qualquer outro tipo de violência na primeira década de vida, possuem na maioria das vezes, desvios de conduta, principalmente transgressões das regras sociais como afirma FALEIROS et al (2009).

Os efeitos da violência podem surgir a curto ou em longo prazo no que tange aos aspectos biopsicossociais da criança agredida, o que dificulta o seu desenvolvimento no meio social, refletindo na diminuição da capacidade de pensar e agir, bem como enfrentar situações difíceis impostas a ela, convivendo assim com momentos de estresse por toda sua vida, uma vez que o evento violento ficará marcado na sua memória independentemente da idade que ocorra. Investigações em diferentes países revelam que a negligência, em equiparação aos outros tipos de maus-tratos, está associada aos maiores danos ao desenvolvimento da criança, sobretudo se vivenciada de forma crônica (GLASER, 2002; LACHARITÉ, ÉTHIER & NOLIN, 2006; NOLIN & TURGEON, 2004).

Observações foram feitas em crianças negligenciadas, entre outras consequências, uma redução do volume cerebral, bem como mudanças bioquímicas, funcionais e de estrutura cerebral. Há consideráveis evidências de danos no cérebro decorrentes de vivências de abuso e negligência (GLASER 2000, APUD PASIAN et al, 2013).

Lacharité, Éthier e Nolin (2006, APUD PASIAN et al, 2013) afirmam que as consequências da negligência para com as crianças podem se manifestar no plano físico, podendo causar a mortalidade das crianças; na exposição a outras formas de maus tratos, na restrição de relações propiciadas à criança, na família e no ambiente de vida, no seu meio social e no plano de sequelas no desenvolvimento.

Segundo traz o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2016), com relação a violação dos direitos das crianças e adolescentes determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. [...] e ainda, Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

O guia de orientação de quebra de sigilos do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2018), traz ainda a necessidade de que haja uma análise do psicólogo referente as especificidades envolvidas na situação e reflexão a respeito do seu serviço prestado, análise dos dados colhidos, busca pela proteção da criança ou adolescente e pontos necessários para a quebra de sigilo, sendo recomendado que se busque por orientação técnica para análise, fundamentação e manejo técnicos, sendo de grande importância ainda proceder com Registros Documental atualizado e detalhado da situação.

2.4.Prevenção

Crianças e adolescentes assim como qualquer pessoa possuem direitos, sendo assim torna-se necessário que se diga que qualquer forma de violência fere esses direitos. Para garantir que esses direitos sejam preservados é necessário que haja um trabalho em conjunto de profissionais de diferentes áreas de atuação como Psicólogos, Médicos, Assistentes Sociais, Pedagogos e outros. O intuito das discussões a respeito da negligência é avaliar, denunciar, prevenir e promover uma visibilidade maior acerca do tema e consequentemente reduzindo os sofrimentos de tal violência. (SILVA, ROMERA E GRANJA, 2013).

É necessário que haja também uma parceria entre família, Estado e sociedade, para que todos preservem a saúde, a integridade e os direitos dessas vítimas. Para que as famílias colaborem nesses processos é de valia que tenha mobilizações, orientações, prevenções e apoio

para as famílias de diferentes classes sociais, assim haverá a possibilidade que se conheça os direitos e como assegurá-los. O Estado por sua vez, deve ter como prioridade a defesa da infância e da juventude, buscando o combate, a denúncia e evitar atos negligentes tendo consciência de qual é o seu dever. A sociedade pode buscar conhecimento teórico para que se combata o preconceito uma vez que a ocorrência da negligência é predominante nas classes vulneráveis, prevenindo assim futuros casos (SILVA, ROMERA, GRANJA,2013).

A violência doméstica e a intrafamiliar também são fatores que estão ligados a negligência, acontecendo por meio do abuso do “poder” de uma pessoa sobre a outra, que não acontece apenas nas classes sociais baixas, mas sim com diversos indivíduos de todas as classes e culturas. Portanto, se faz presente na vida de muitas crianças e adolescentes. AZEVEDO & GUERRA (1998), apontam a seguinte classificação para prevenção da violência doméstica e intrafamiliar: “1) Prevenção primária: todas as estratégias dirigidas ao conjunto da população num esforço para reduzir a incidência ou o índice de ocorrência de novos casos. 2) Prevenção secundária: envolve a identificação precoce da assim chamada ‘população de risco’. 3) Prevenção terciária: dirigida aos indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as consequências adversas do fenômeno(...)”. Sendo assim, essas estratégias também são formas de se combater a negligência.

3. METODOLOGIA CIENTÍFICA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e qualitativo. Para a elaboração dessa revisão primeiramente pesquisou-se para que se possa ter materiais de embasamento do estudo, argumentos já defendidos por outros autores. LAKATOS (2003), define a revisão bibliográfica como: “igual à do projeto, com os acréscimos de novas obras ou trabalhos que tenham chegado ao conhecimento da equipe, já que a pesquisa bibliográfica não se encerra com a elaboração do projeto”.

Para fundamentar os resultados e as discussões utilizou-se plataformas com base de dados virtuais que contemplam material científico. Essa busca resultou nos artigos que serão discutidos. Foi pesquisado pela plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) as palavras-chave Negligência e desenvolvimento e foram encontrados 1.686 resultados sem nenhum filtro.

Filtramos então, por idioma português e obtivemos 252 resultados e posteriormente, prazo de dez anos e conseguimos 129 resultados, na barra de Assunto Principal marcamos os tópicos Desenvolvimento Infantil e Criança Abandonada e obtivemos 10 resultados, sendo que

destes, foi escolhido apenas um que estava condizente com o tema proposto. Na plataforma Brasil *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) ao pesquisarmos por Negligência infantil, tivemos como resultado 74 artigos, ao selecionarmos os filtros de idioma português, coleções Brasil e tipo de literatura como sendo artigos e revisões de artigos chegamos ao número de 15 artigos, nesta plataforma não houve filtro por tempo. Após a leitura dos resumos utilizamos como critério para a escolha dos artigos, aqueles que estivessem de acordo com os objetivos propostos e ao final chegamos ao número de 5 artigos. No entanto obtivemos artigos repetidos sendo assim, foi feita a exclusão desses artigos duplicados.

Também utilizamos de informações disponíveis em sites oficiais do Governo Federal Brasileiro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e também do Conselho Regional de Psicologia do Paraná.

Para uma melhor visualização dessas informações, elaboramos a seguinte Tabela 01:

Tabela 01: Quantidade de Artigos por Plataforma

Plataforma	Sem filtro	Com filtro	Após leitura e repetidos
BVS	1686	10	4
SciELO	74	15	1

Fonte: Elaborado pelos autores

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

MASCARENHAS et al (2006/2007), desenvolveram um estudo descritivo com base em sua pesquisa sobre os atendimentos na rede VIVA (Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes), que envolve acidentes por causas externas. Eles tinham como objetivo descrever o perfil dos atendimentos às vítimas, crianças menores de dez anos, realizados nos serviços de urgência e emergência do SUS. Para a realização desta pesquisa, eles coletaram dados em plantões alternados de 12 horas durante 30 dias, entre os meses de setembro a novembro de 2006. Em seus estudos os autores constataram que os registros violentos corresponderam a 10% dos atendimentos, sendo 5% crianças menores de 10 anos. Sendo a sua maioria do sexo masculino e de pele negra, sendo na residência o principal local dos acontecimentos violentos. A violência física foi a principal forma violenta, seguida da negligência e acompanhada pelos abusos psicológicos e sexuais. De acordo com os dados dos autores a negligência foi a única forma de violência que não teve aumento proporcional as idades das vítimas, tendo a sua constância máxima em crianças de até dois anos de idade.

MASCARENHAS et al (2006/2007), nos dizem que a violência contra crianças está representada em toda ação ou omissão que provoque lesões, danos e transtornos ao seu desenvolvimento integral, envolvendo geralmente uma relação desigual de poder através da força física, pelo poderio econômico ou político, pela dominação e opressão familiar ou geracional. Os autores afirmam ainda, que o tema violência contra as crianças, vem sendo cada vez mais estudado no Brasil e no mundo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as violências sofridas pelas crianças podem proceder em danos físicos, psicológicos; danos ao crescimento, desenvolvimento e maturidade das crianças. Esses efeitos por muitas vezes, não podem ser mensuradas, tendo como resultados danos irreversíveis nessas crianças. Muitas vezes esses eventos permanecem silenciosos e silenciados no interior das famílias, escolas, comunidade e serviços de saúde. Para os autores, a negligência tem maior destaque nas crianças menores de dois anos, pois consideram que é quando as crianças mais precisam de cuidados adultos (MASCARENHAS et al, 2006/2007).

GAWRYSZEWSKI et al (2009), realizaram um estudo utilizando coletas de dados por meio da Ficha de Notificação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências e um teste de regressão logístico. Os registros também foram feitos através do VIVA, com enfoque nas crianças e adolescentes até 15 anos no Estado de São Paulo no ano de 2009. Seus objetivos eram descrever o perfil das notificações e analisar possíveis fatores associados. Essa pesquisa constatou que o sexo feminino foi a maior parte do público atendido e que a violência física foi a mais registrada em meninos e a sexual em meninas, tendo os pais e conhecidos como principais autores e a residência o principal cenário das violências. A faixa etária com maior número de casos foi de 10 a 14 anos, sendo a distribuição por sexo ocorrendo nas idades mais precoces nos meninos, foi registrado a maioria de casos em crianças e adolescentes declarados como de raça branca. Houve predomínio de violência física, seguida de violência sexual e posteriormente negligência/abandono.

GAWRYSZEWSKI et al (2009), defendem que a violência está enraizada na família brasileira, pois o domicílio é o local onde mais ocorre essas ocorrências, sendo os pais, mães, padrastos e madrastas são os principais protagonistas dessas ações. Os autores enfatizam também que o papel dos profissionais da saúde não é fácil e nem consensual, visto que a principal forma de atuação desses profissionais hoje seriam a notificação de casos suspeitos ou confirmados, havendo a possibilidade de início de um processo de assistência e auxílio à criança e à família. Expõem também, que os serviços públicos possuem uma grande demanda, o que

dificulta e compromete o serviço de acolhimento para esses usuários, sendo de grande importância o uso do espaço de consulta para a educação em saúde pública e que haja orientação para os pais e responsáveis pelas crianças.

SILVA, ROMERO e GRANJA (2013), por meio de pesquisas eletrônicas através de *sites* e bibliografias, utilizaram-se também de livros com o objetivo de expor e discutir conceitos, atribuições e reflexões sobre a violência social, doméstica e intrafamiliar contra crianças e adolescentes, evidenciando a negligência com a ideia de compreendê-la e encontrar formas de prevenção. Os autores ressaltam que a negligência está presente em todas as classes sociais e que necessitaria de mais estudos para haver uma facilidade no seu enfrentamento e fortalecimento dos profissionais de diversas áreas para melhoria da atuação contra ela.

Os autores apontam que os responsáveis pelas crianças e adolescentes são os autores dos maus-tratos, porém também culpabiliza o Estado por não oferecer condições para os cuidados básicos e proteção adequada para o desenvolvimento das crianças. E ainda defendem que diante de todas as violências que ocorrem no meio familiar, a negligência seria a que mais precisaria de estudos mais aprofundados, pois através dos conhecimentos teóricos, famílias e profissionais podem se aperfeiçoar através da disseminação de conhecimentos (SILVA, ROMERO E GRANJA, 2013).

SILVA, ROMERO e GRANJA (2013), citam que a negligência é causada por fatores sociais, sendo a forma de criação das crianças seguindo o exemplo que os seus responsáveis tiveram em sua infância, sendo esses cuidados passados de geração para geração. Foi citado ainda os fatores econômicos e casos em que o responsável tem algum transtorno mental ou alguma dependência química.

MATA (2016) enfatiza, em uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar o conceito de negligência contra crianças, que a intensidade das negligências e os possíveis danos causados no desenvolvimento infantil, como, assim como a dificuldade na aplicação de seu conceito em diversos campos científicos, torna-se cada vez mais importante a compreensão do seu conceito. A autora resalta que a pluralidade do conceito dificulta a determinação dos casos como negligência e conclui também que há na sociedade fatores que entretêm as situações de negligências que são frutos de situações sociais, que também resultam nas diferentes formas de olhar e conceituar o termo.

MATA (2016), descreve a complexidade da conceituação da negligência sendo baseado tanto nos modelos de cuidados, omissões, a intenção e as concepções de família; quanto as

questões de violência e questões estruturais, econômicas, sociais, políticas, jurídicas, familiares, morais, culturais, saúde e proteção das crianças.

Os autores PASIAN et al (2013) desenvolveram um artigo sobre a temática dos maus-tratos infantis, especificamente na modalidade negligência, o artigo buscou mostrar a dificuldade de compreender esse fenômeno e as consequências negativas causadas. Os autores dizem também que há a necessidade de intervenções, mas é preciso que propostas práticas sejam expostas, eles sugerem que novas pesquisas e possíveis programas de intervenções sejam propostos no intuito de melhorar os cuidados dos pais para um bom desenvolvimento de seus filhos.

Os autores trazem que como consequências principais da negligência, tem a mortalidade das crianças; na exposição a outras formas de maus tratos, na restrição de relações propiciadas à criança, tanto na família quanto no seu meio social e no plano de sequelas no desenvolvimento psicológico, além de danos cerebrais decorrentes de vivências de negligência. Nesse mesmo artigo, defendem que há necessidade em analisar os graus de dificuldades apresentadas pelas crianças negligenciadas, dizem também que há a necessidade de trabalhar com as famílias para auxiliar os pais a cuidarem dos seus filhos através de programas de intervenções. Dizem ainda que muitos casos ocorrem por gerações pois os pais repetem o cuidado que receberam de seus pais (PASIAN, et al 2013).

Podemos observar uma certa semelhança nos estudos de MASCARENHAS et al (2006/2007) e no de GAWRYSZEWSKI et al, onde ambos fizeram pesquisas na mesma rede e determinaram que era nas casas onde os maus tratos mais aconteciam. Eles concordam também quando dizem que a maioria das vítimas de violência física são os meninos e de violência sexual as meninas e que os principais autores são os responsáveis seguidos de conhecidos. Porém a pontos de discordâncias quando segundo MASCARENHAS et al, o público mais afetado são as crianças de pele negra e que a negligência ocupou a segunda posição no ranking das violências sofridas e para GAWRYSZEWSKI et al são as crianças de pele branca que mais sofreram os maus tratos e a negligência ficou atrás das violências físicas e sexuais.

Em contrapartida SILVA, ROMERA e GRANJA (2013) e a autora MATA (2016), e PASIAN et al (2013) tiveram um caminho de pesquisa diferente dos autores citados anteriormente, mas parecidos entre si. Ambos os autores determinam fatores sociais como importantes fatores ligados ao desenvolvimento da negligência. Ambos também concordam

que a culpabilização da negligência não se limita ao meio familiar, mas que também se expande a outras questões como questões estruturais e do Estado.

Todos os autores encontrados na literatura apurada pelas nossas pesquisas concordam que a conceituação do tema estudado é uma problemática para a compreensão do termo. Eles apontam que a falta de esclarecimento abre espaços para diferentes interpretações do que realmente seria a negligência, tornando assim cada vez mais difícil a notificação, denúncias e os trabalhos de educação e prevenção dessa violência.

Como afirma MARTINS (2006, APUD PASIAN et al, 2013) muitas vezes a negligência é usada de forma equivocada para descrever quadros extremos de pobreza, não havendo negligência por parte dos pais, mas da sociedade e das condições adversas vividas.

A negligência é uma prática de maus tratos muito ativa no nosso país que muitas vezes é confundida com extrema pobreza por isso é importante salientar que famílias que não conseguem se prover nem poder oferecer os cuidados básicos para seus filhos por viverem em extrema pobreza não são negligenciadores e sim vítimas da negligência do estado. A negligência se configura pela falta de respaldo dos cuidadores para com a criança em aspectos físicos, emocionais e educacionais e pode causar prejuízos para a criança ao longo da vida na maioria das vezes, desvios de conduta, principalmente transgressões das regras sociais, como afirma FALEIROS et al (2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos que realizamos ficou evidenciado as consequências negativas que a negligência tem sobre o desenvolvimento da criança, como quando citamos que pode existir dificuldade em se desenvolver no meio social, restrição social, refletindo na diminuição da capacidade de pensar e agir, consideráveis evidências de danos no cérebro decorrentes de vivências de abuso e negligência, tudo isso impactando no seu desenvolvimento psicológico, podendo levar até a morte da criança. LACHARITÉ, ÉTHIER e NOLIN (2006, APUD PASIAN et al, 2013) apontam que as consequências físicas da negligência, podem causar a mortalidade das crianças e disposição a outras formas de maus tratos.

A conceitualização da negligência como a ausência de cuidados por parte dos pais ou familiares que impactam no desenvolvimento e no bem-estar das crianças e adolescentes, de acordo com as ideias de WHO e ISPCAM (2006), responde um dos objetivos específicos. Ao iniciarmos o trabalho, estávamos certos de que todos os casos de negligência eram por puro

descaso dos tutores, porém, como afirma PASIAN et al. (2013), MARMO, DAVOLI e OGIDO (1995), apontam que ela nem sempre é causada pelo simples descaso dos adultos, mas, muitas vezes, pelo desconhecimento das necessidades e dos cuidados normais a serem dispensados às crianças, em cada grupo etário.

E pensávamos também que a responsabilidade e os autores da negligência eram unicamente os pais, contudo, no decorrer da confecção do trabalho observamos que não só os pais, apesar de terem uma maior reponsabilidade na criação e cuidados com a criança não são os únicos responsáveis pela negligência sofrida por crianças, essa responsabilidade também se estende ao governo e à sociedade (SILVA, ROMERA E GRANJA, 2013). Os pais na maioria das vezes são responsabilizados pela negligência, devido ao fato de serem os principais cuidadores e por terem maiores obrigações com seus filhos, a responsabilização do Estado se dá quando ele deixa de dar suporte as famílias com relação ao suprimento das necessidades das crianças.

Propusemos que exista um trabalho em equipe de diferentes profissionais para que haja uma maior visibilidade do tema, para conscientização das famílias é necessário que elas sejam mobilizadas com orientações sobre a prevenção e esclarecimentos sobre os direitos das crianças. Pontuamos que a sociedade deve se dedicar em conhecimentos que rompa com o seu preconceito de que a negligência só ocorre nas classes ligadas a pobreza. A comunidade jurídica deve cumprir com os seus objetivos e fazer valer aquilo que a nossa Constituição defende, fazendo valer o que está descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União 2014; 27 jun. Brasil. Ministério da Saúde. Estatuto da criança e do adolescente. 2a ed. Brasília: MS; 2003.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Guia de Orientação- Quebra de Sigilo**. 2018. Disponível em <https://crppr.org.br/>. Acesso em: 12 de outubro de 2022

DA CRIANÇA, ECA-Estatuto. Adolescente, Lei n. 8.069 de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis L, v. 8069.

GAWRYSZEWSKI, VILMA PINHEIRO ET AL. **Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo**, 2009. Revista da Associação Médica Brasileira [online]. 2012, v. 58, n. 6 [Acessado 30 Novembro 2022], pp. 659-665. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000600009>>. Epub 13 Dez 2012. ISSN 1806-9282. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000600009>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. atlas, 2003.

MASCARENHAS MDM, MALTA DC, SILVA MMA, LIMA CM, CARVALHO MGO, OLIVEIRA VLA. **Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007**. Cad Saude Publica 2010; 26(2):347-357.

MATA, Natália Teixeira et al. **Afinal o que é negligência? Um estudo sobre negligência contra crianças**. 2016. Tese de Doutorado.

PASIAN, Mara Silvia et al. **Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos**. Pensando fam., Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 61-70, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 nov. 2022.

SILVA, Nathalia Germiniani; ROMERA, Valderes Maria; DE OLIVEIRA GRANJA, Giovana Aglio. **Negligência e Formas de Prevenção**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 9, n. 9, 2013.